

**Universidade de Brasília (UnB)**  
**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas**  
**Públicas (FACE)**  
**Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)**  
**Bacharelado em Ciências Contábeis**

**André Machado Domingues**

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA DOS FUNDOS DE PENSÃO: Uma análise dos**  
**relatórios de auditoria dos Fundos de Pensão brasileiros envolvidos na**  
**Operação Greenfield**

**Brasília, DF**

**2017**

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva  
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira  
Diretor da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Políticas  
Públicas

Professor Doutor José Antônio de França  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Brito  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

**André Machado Domingues**

**RELATÓRIOS DE AUDITORIA DOS FUNDOS DE PENSÃO: Uma análise dos  
relatórios de auditoria dos Fundos de Pensão brasileiros envolvidos na  
Operação Greenfield**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito de avaliação da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis (187216) e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Maria Lizete da Silveira

**Brasília, DF**

**2017**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais e irmã pela criação e todo apoio que me deram, fundamental na minha formação.

À minha namorada, Mariana, por todo o apoio emocional e suporte na minha vida acadêmica.

À minha orientadora, Maria Lizete, pelos momentos de apoio técnico essenciais para a conclusão deste trabalho.

## RESUMO

Esta pesquisa qualitativa e quantitativa analisa os relatórios de auditoria dos Fundos de Pensão, bem como suas demonstrações contábeis, com o objetivo de verificar se os beneficiários estavam sendo avisados sobre os problemas que levaram à deflagração da Operação Greenfield. O método da pesquisa foi realizado através de uma análise de conteúdo, baseada nos relatórios de auditoria e nas demonstrações contábeis dos quatro maiores fundos de pensão brasileiros: Funcef, Petros, Postalis e Previ. Os resultados das análises indicam variações significativas na conta de Equilíbrio Técnico. Ainda como resultado das análises, foi possível verificar que pouco foi informado nos relatórios acerca da Operação Greenfield. Foi constatada ainda que, apesar de todos os problemas relacionados aos investimentos que originaram a Operação, a Previ apresentou opinião sem ressalva em todos os anos, sem relatar nada adverso em suas demonstrações contábeis.

Palavras-chave: Relatório de Auditoria. Fundos de Pensão. Operação Greenfield.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Visão do Processo de Governança

Quadro 2 – Tipos de opinião emitida

Quadro 3 – Evolução do Equilíbrio Técnico no Plano 1

Quadro 4 – Evolução do Equilíbrio Técnico do Plano Previ Futuro

Quadro 5 – Evolução do Equilíbrio Técnico Petros em 2013

Quadro 6 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2011

Quadro 7 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2012

Quadro 8 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2013

Quadro 9 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2014

Quadro 10 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2015

Quadro 11 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2016

## LISTA DE ABREVIATURAS

Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

EFPC – Entidades Fechadas de Previdência Complementar

Fasb – Financial Accounting Standards Boards

FIP – Fundos de Investimentos em Participações

Funcef – Fundação dos Economiários Federais

Gasb - Governmental Accounting Standards Board

Iasb - International Accounting Standards Board

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

INVEPAR - Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A

NBC TA - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria

OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

Postalis - Postalis Instituto de Previdência Complementar

Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Regius – Sociedade Civil de Previdência Privada

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 Auditoria .....	11
2.2 Relatórios de Auditoria .....	12
2.3 Fundos de Pensão .....	13
2.4 Governança Corporativa .....	14
3 METODOLOGIA.....	16
4 RESULTADOS E ANÁLISES .....	17
4.1 Análise dos Relatórios de Auditoria.....	17
4.1.1 Funcef .....	17
4.1.2 Petros .....	19
4.1.3 Postalis.....	20
4.1.4 Previ .....	21
4.2 Equilíbrio Técnico.....	21
4.2.1 Funcef .....	21
4.2.2 Previ .....	23
4.2.3 Postalis.....	25
4.2.4 Petros .....	25
4.3 Investimentos .....	26
4.3.1 Funcef .....	27
4.3.2 Petros.....	27
5 CONCLUSÕES .....	31



## 1 INTRODUÇÃO

Os Fundos de Pensão são, segundo a Previc, operadores de plano de benefícios, constituídos como sociedade civil ou fundação, sem fins lucrativos. Eles foram criados exclusivamente para administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, patrocinados ou instituídos. Além disso, a Previdência Social permite para a população uma complementação na aposentadoria com um benefício recebido mensalmente.

Deflagrada em 2016, a Operação Greenfield tem por objetivo a apuração de fraudes em investimentos realizados pelas EFPC por meio de Fundos de Investimentos em Participações (FIP), crimes estes que podem ter causado déficits bilionários aos Fundos. Segundo o Relatório Final da Operação, o FIP é um instrumento geralmente utilizado pelo Fundo de Pensão para comprar, de forma indireta, participação acionária em empresas. Assim, a EFPC não compra diretamente as ações da empresa, e sim cotas de FIP, com o FIP sendo considerado o acionista.

Ainda de acordo com o Relatório Final,

essas aquisições de cotas do FIP, por sua vez, nos casos examinados a seguir, são precedidas de avaliações econômico-financeiras (valuations) irrealis e tecnicamente irregulares que tem por escopo superestimar o valor dos ativos da empresa, aumentando, de forma artificial, a quantia total que o próprio Fundo de Pensão precisa pagar para adquirir a participação acionária indireta na empresa. A essa ilicitude, cometida em praticamente todos os casos examinados a seguir, denominaremos “sobreprecificação”, que é realizada com escopo semelhante aos conhecidos “superfaturamentos” de obras públicas, em que o valor de uma obra (ou ativo, no caso da sobreprecificação) é superestimado a fim de justificar um pagamento a maior por parte do Poder Público (ou por parte da EFPC investidora, no caso da sobreprecificação). (RELATÓRIO FINAL – OPERAÇÃO GREENFIELD, 2016)

Isso nos leva à questão problema deste trabalho: o que mudou nos relatórios de auditoria e nos ativos dos Fundos de Pensão antes e depois que a Operação Greenfield foi deflagrada?

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar os relatórios de auditoria anteriores e posteriores à Operação Greenfield dos quatro maiores fundos de pensão brasileiros, sendo eles Funcef, Petros, Postalís e Previ, principalmente a opinião emitida, com foco em saber se os beneficiários estavam sendo informados sobre os

problemas que levaram à Operação. Além disso, serão analisadas alterações em seus ativos.

O presente trabalho está organizado em 5 capítulos: Introdução, onde, além de uma breve contextualização, é apresentado o objetivo desta pesquisa; Referencial Teórico, que discorre sobre a auditoria independente e seus relatórios, os Fundos de pensão e Governança Corporativa; Metodologia, que descreve a forma de coleta e análise dos dados utilizados na pesquisa; Resultados e Análise, que apresenta os resultados encontrados na pesquisa; Conclusões, onde são realizadas as considerações finais do estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Auditoria

Inicialmente, para que se cumpra o objetivo deste trabalho, faz-se necessária a análise do tema Auditoria. Assim, neste primeiro tópico serão abordados seu histórico, conceito e funções.

O termo Auditoria tem origem no inglês *to audit*, que significa examinar, ajustar, corrigir e certificar. O autor Sá (1998) esclarece que a auditoria tem sua importância reconhecida desde a antiga Suméria. Isso é comprovado por provas arqueológicas que datam de mais de 4500 anos antes de Cristo. Sá (1998) diz ainda que, foi a partir da Revolução Industrial, que novas técnicas contábeis e de auditoria foram aplicadas, com o objetivo de atender as necessidades criadas com o surgimento de grandes empresas.

Segundo o *Report of the Committee on Basic Auditing Concepts (The Accounting Review, 47)*, a auditoria é definida como:

processo sistemático de obtenção e avaliação objetiva de evidências relacionadas a afirmações a respeito de ações e eventos econômicos, para aferir a correspondência entre essas afirmações e critérios estabelecidos e a comunicação dos resultados a usuários interessados. (GRAMLING, JOHNSTONE e RITTENBERG, 2012, p. 6).

A auditoria externa, de acordo com Gramling, Johnstone e Rittenberg (2012), tem como função a realização dos testes de auditoria com todos os registros e documentos de uma empresa para determinar sua precisão; interpretação dos pronunciamentos e normas emitidas pelo *Financial Accounting Standards Board (Fasb)*, *International Accounting Standards Board (Iasb)* e do *Governmental Accounting Standards Board (Gasb)*, para certificar que as demonstrações contábeis estejam em conformidade; emissão de pareceres sobre processos contábeis complexos; e ainda apresentar tudo de forma objetiva, imparcial e profissionalmente cética.

O auditor independente, ao terminar seus trabalhos, tem dois objetivos: formar opinião acerca de sua análise e avaliação das demonstrações contábeis e, a partir disso, emitir essa opinião através dos relatórios de auditoria.

## 2.2 Relatórios de Auditoria

De acordo com Sá (1998), o relatório de auditoria é um texto técnico com o objetivo de informar o resultado do trabalho feito pelo auditor aos usuários das informações contábeis, com base no que foi planejado anteriormente. Em seus relatórios de auditoria, o auditor deve emitir uma opinião sem modificação ou opinião modificada.

No caso de uma opinião não modificada, será elaborado um parecer sem ressalva. Segundo Franco e Marra (2009), o parecer sem ressalva

[...] expressa que, na opinião do auditor, as demonstrações contábeis apresentam, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da entidade examinada, os resultados de suas operações e as origens de aplicações de seus recursos, de conformidade com os princípios fundamentais da contabilidade. (FRANCO E MARRA, 2009).

A opinião deve ser modificada quando for constatado que as demonstrações contábeis apresentam distorções relevantes ou quando não obter evidências de auditoria necessárias para concluir que as demonstrações contábeis não apresentam distorções relevantes.

A opinião modificada pode ser com ressalva, adversa ou uma abstenção de opinião. De acordo com NBC TA 705, a opinião é com ressalva quando o auditor

ele, tendo obtido evidência de auditoria apropriada e suficiente conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas nas demonstrações contábeis;  
Ou não é possível para ele obter evidência apropriada e suficiente de auditoria para fundamentar sua opinião, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes, mas não generalizados. (NBC TA 705).

Adversa, quando o auditor

[...] tendo obtido evidência de auditoria apropriada é suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis. (NBC TA 705).

E abstenção de opinião, quando o auditor

[...] não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião e ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas sobre as demonstrações contábeis, se houver, poderiam ser relevantes e generalizados.  
[...] em circunstâncias extremamente raras envolvendo diversas incertezas, ele conclui que, independentemente de ter obtido

evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre cada uma das incertezas, não é possível expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis devido à possível interação das incertezas e seu possível efeito cumulativo sobre essas demonstrações contábeis. (NBC TA 705).

Os relatórios de auditoria são de extrema importância para os Fundos de Pensão. Através deles que os usuários externos tomam conhecimentos de problemas ocorridos nas demonstrações contábeis das EFPC.

### **2.3 Fundos de Pensão**

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) define os Fundos de Pensão como operadores de plano de benefícios, constituídos como sociedade civil ou fundação, sem fins lucrativos. Conhecidos também como Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), foram criadas exclusivamente para administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, patrocinados ou instituídos.

Levando em conta os planos de benefícios administrados, os fundos de pensão podem ser de plano comum ou de multiplano. As EFPC de plano comum são aquelas que administram plano ou conjunto de planos acessíveis ao universo de participantes. Já as de multiplano administram para vários grupos de participantes, com independência patrimonial. (PREVIC, 2001).

Segundo seus patrocinadores ou instituidores, as EFPC podem ser singulares, quando só estão relacionadas a um patrocinador ou instituidor. Podem ser também multipatrocinadas, quando tem mais de um patrocinador ou instituidor. (PREVIC, 2001).

Para a população, a Previdência Social é fundamental. Ela permite uma complementação na aposentadoria, um benefício recebido mensalmente. Caso o empregado saia da empresa que trabalha, ele pode retirar a parte que já contribuiu.

Para o sistema financeiro, os fundos de pensão têm uma grande importância. De acordo com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a Abrapp, as EFPC são importantes na capitalização de empresas, por meio de investimentos no mercado de ações; em financiamentos de projetos de

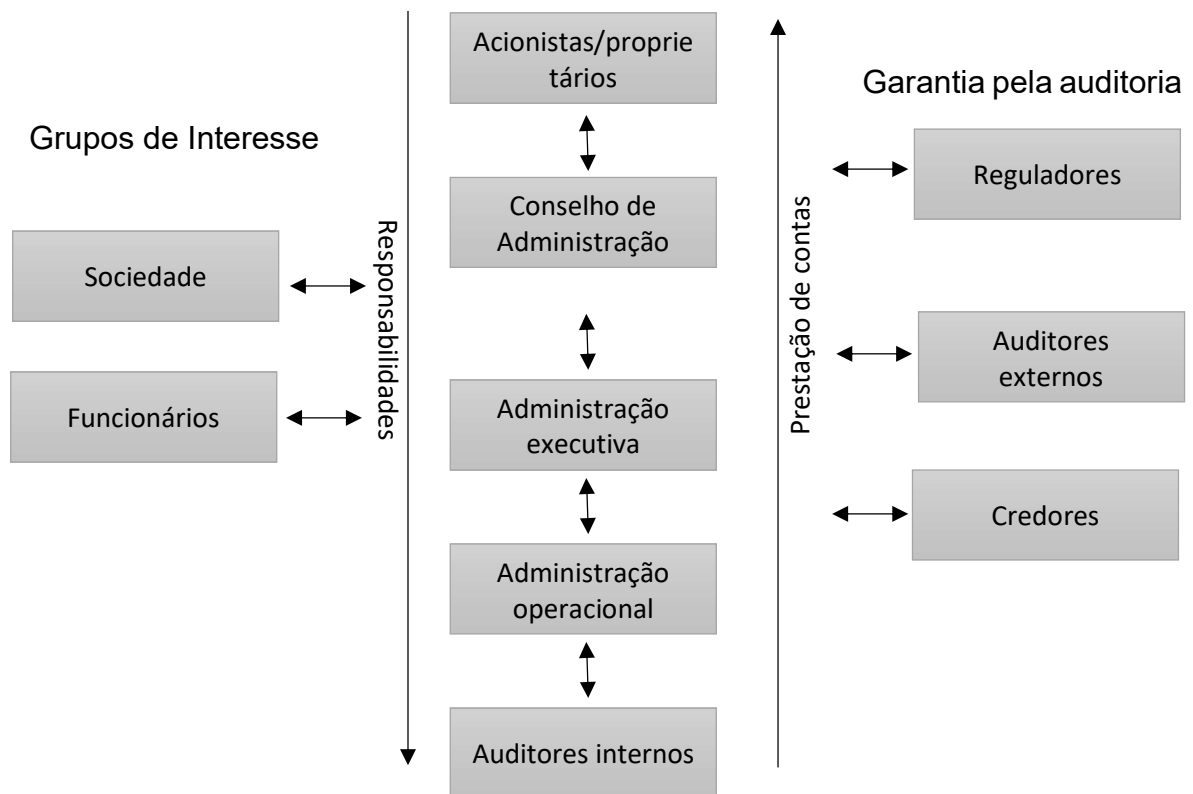
médio e longo prazos; na arrecadação direta e indireta de impostos e; alavancando a economia por meio da manutenção do poder de compra no mercado de consumo.

## **2.4 Governança Corporativa**

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, a Governança Corporativa teve origem para superar o conflito de agência. Esse conflito ocorre quando o acionista delega aos gestores o poder de decisão sobre a empresa e com isso podem surgir divergências entre as duas partes em relação às medidas a serem tomadas. Com isso, a Governança Corporativa se preocupa em criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, com o objetivo de certificar que os gestores se comportem em alinhamento com os melhores interesses da empresa.

A Governança Corporativa é definida, de acordo com Gramling, Johnstone e Rittenberg (2012, p. 34), como “um processo pelo qual os proprietários e credores de uma organização exercem controle e exigem prestação de contas do uso dos recursos confiados à organização”. A qualidade da Governança é de interesse de diversos usuários, entre eles: acionistas, conselho de administração, comitê de auditoria, administração financeira e operacional, auditores internos e externos, organizações de autorregulação contábil e as agências reguladoras. O quadro a seguir apresenta uma visão do processo de governança:

Quadro 1 – Visão do Processo de Governança



\*Extraído de: GRAMLING, JOHSTONE E RITTENBERG, 2012

A prestação de contas é uma das exigências da governança aos acionistas, mas não limitado a eles. Todos os membros da empresa devem agir conforme as leis, entre eles os executivos e o conselho de administração, e atender os pedidos dos empregados e credores. Conforme Gramling, Johnstone e Rittenberg (2012), os acionistas e proprietários ordenam a prestação de contas em aspectos como: desempenho financeiro, transparência financeira, proteção, qualidade dos controles internos e na composição do conselho de administração e natureza de suas atividades.

Em relação às EFPC, a Previc elaborou o Guia de Melhores Práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdências Complementar, com o objetivo de “oferecer diretrizes básicas para atuação dos fundos de pensão e difundir conhecimentos aplicáveis e úteis para contribuir com a consecução dos objetivos estatutários das EFOC e com a gestão eficiente do patrimônio dos participantes”.

### 3 METODOLOGIA

Para a coleta de dados deste trabalho, por meio de uma análise de conteúdo, foram analisados os 24 relatórios de auditoria da Funcef, Petros, Postalís e Previ dos anos de 2011 a 2016, disponíveis em seus respectivos *sítes*. Foram analisadas também o Balanço Patrimonial e Demonstração da Mutação do Patrimônio Social de cada uma dessas EFPC.

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi feita a partir de livros que tratam do assunto e que permitiram aprofundar o conhecimento relacionado ao tema. Já a pesquisa documental foi feita por meio dos demonstrativos contábeis e relatórios de auditoria disponíveis. Primeiramente, foram analisadas as contas de investimentos e equilíbrio técnico dos demonstrativos contábeis, para verificar a ocorrência de variações significativas em seus valores. Após isso, apurou-se os relatórios de auditoria e as notas explicativas dos últimos seis anos. A partir destas pesquisas foi possível averiguar se os beneficiados dos fundos de pensão estavam sendo informados sobre os problemas que levaram à Operação Greenfield.

Em relação a abordagem, este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa.



## 4 RESULTADOS E ANÁLISES

### 4.1 Análise dos Relatórios de Auditoria

Conforme explicado anteriormente, os relatórios de auditoria são textos técnicos com o objetivo de informar o resultado do trabalho feito pelo auditor aos usuários das informações contábeis, baseados em um planejamento inicial. (SÁ, 1998).

Neste capítulo, serão analisados os tipos de relatórios emitidos, se houve o parágrafo de ênfase no relatório e outras informações. O quadro a seguir apresenta o tipo de opinião emitido pelas auditorias independentes em relação a cada fundo de pensão, de 2011 a 2016.

Quadro 2 – Tipos de opinião emitida

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Funcef</b>	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Com ressalva	Com ressalva
<b>Petros</b>	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Com ressalva	Com ressalva	Com ressalva
<b>Postalis</b>	Com ressalva	Com ressalva	Com ressalva	Com ressalva	Com ressalva	Abstenção
<b>Previ</b>	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva

#### 4.1.1 Funcef

A Funcef apresentou pareceres sem ressalvas nos anos de 2011 a 2014 e com ressalva em 2015 e 2016.

Em 2011, no parágrafo “Outros Assuntos”, a auditoria informou que foi examinado as variações sobre os saldos dos fundos administrativos e dos fundos de investimentos na demonstração das mutações do patrimônio social relativas ao exercício de 2010. Na opinião emitida, as variações estão apropriadas e feitas corretamente.

No ano de 2013, a auditoria apresenta no parágrafo “Ênfase” que a CNPC modificou a forma de apresentação das demonstrações contábeis pela alteração da demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios pela demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios.

Já em 2014, o parágrafo “Ênfase” refere-se à indicação de atraso no cronograma de contratação dos recursos de longo prazo na companhia Sete Brasil Participações S.A. Como a Funcef investe nesta companhia por meio de cotas do FIP Sondas, no valor de R\$ 1.392.977.000,00, a rentabilidade futura desse investimento depende do desfecho das negociações em andamento.

Em 2015, após a emissão de um parecer com ressalva, a auditoria dá ênfase às estimativas das avaliações econômico-financeiras dos investimentos, que é um dos problemas ocorridos na Operação Greenfield. Esse fato é explicado mais adiante no capítulo sobre investimentos. Além disso, há ênfase também sobre a incerteza quanto ao pressuposto da continuidade operacional de investimento relevante. Acerca deste assunto, a auditoria informa que a INVEPAR apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no valor de R\$ 3.878.000.000,00, originados, principalmente, pelo registro no passivo circulante de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$ 4.253.000.000,00. Estes fatos indicam a existência de incerteza significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da INVEPAR.

Ainda em 2015, há também incerteza quanto às investigações envolvendo investimentos relevantes na INVEPAR e FIP Operações Industriais, pelo fato da divulgação de informações relacionadas a fatos sob investigação envolvendo partes ligadas dessas investidas e executivos e ex-executivos na Operação Lava Jato. A conclusão dessa investigação e possíveis consequências para as investidas e para a Funcef ainda não são conhecidas.

Em 2016, a auditoria menciona a CPI dos Fundos de Pensão, com a Funcef e colaboradores sendo citados no relatório da Comissão. Com isso, a Administração da Funcef criou uma comissão interna para apurar os aspectos citados no relatório, porém não houve conclusões até a data de divulgação do relatório de auditoria. Assim como em 2015, deu-se ênfase às estimativas de avaliações econômicas-financeiras dos Investimentos, à incerteza de continuidade em investimento relevante (INVEPAR) e investimentos relevantes sob investigação, dessa vez soma-se à INVEPAR a

Starkraft e FIP Eldorado Florestal. As investigações agora não estão relacionadas somente a Operação Lava Jato, mas também a Operação Greenfield.

#### **4.1.2 Petros**

A Petros apresentou parecer sem ressalva de 2011 a 2013 e parecer com ressalva de 2014 a 2016.

Em 2011, foi dada ênfase à expurgos inflacionários relacionados às OFND reconhecidos judicialmente, pois a Petros não fez o registro do êxito da demanda judicial ajuizada pela ABRAPP em de suas afiliadas, de processo transitado em julgado e cuja decisão reconheceu que as OFND devem ser corrigidas pelo IPC ao invés de Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

No parecer sem ressalva relativo ao exercício de 2012, houve ênfase em relação à insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios, à recomposição do Equilíbrio Técnico nos Termos de Compromisso Financeiro (Pré 70 e Diferença de Pensão) e à expurgos inflacionários relacionados às OFND reconhecidos judicialmente.

Em 2013, além de motivos já citados anteriormente como a insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios e a variação inflacionária relacionada às OFND reconhecidas judicialmente, também teve ênfase o ajuste do cálculo do patrimônio disponível dos contratos Pré 70 e a situação patrimonial dos planos de benefícios.

No ano de 2014, o parágrafo “Ênfase” cita o atraso no cronograma de contratação de recursos de longo prazo na Sete Brasil Participações S.A., investigada na Operação Lava Jato. Como a Petros investe na empresa por meio de cotas do FIP Sondas, a rentabilidade futura desse investimento depende do desfecho das negociações em andamento do endividamento da Sete Brasil com credores. O parágrafo cita também a avaliação dos investimentos na INVEPAR e na Norte Energia S.A. (Belo Monte). Menciona-se ainda a investigação da Petrobras na operação Lava Jato que se estende a Petros e inquérito na Polícia Federal, cujo conteúdo ainda não era de conhecimento da Entidade.

Em 2015, foi mencionada a CPI dos Fundos de Pensão, com diversos colaboradores atuantes ou já retirados sendo citados no relatório da CPI. A Petros

criou uma Comissão Interna de Apuração afim de verificar o que estava sendo citado no relatório. Não houve conclusões a respeito deste tema.

O parecer de 2016 aponta novamente para a CPI dos Fundos de Pensão. Como no anterior, após a criação de uma Comissão Interna, nada foi concluído acerca do relatório divulgado pela CPI.

Ainda em 2016, foi relatado investigações na entidade, em que menciona a Operação Greenfield e investimentos realizados pela Petros, entre eles FIP Multiner, FIP Sondas, FIP Florestal (Eldorado), ações da INVEPAR e FIP Global Equity. Não informa possíveis efeitos nas demonstrações contábeis da entidade.

#### **4.1.3 Postalis**

A Postalis foi a única que não apresentou parecer sem ressalva. De 2011 a 2015, a opinião emitida foi com ressalva e em 2016 a auditoria se absteve de opinião.

Em 2011, deu-se ênfase ao desequilíbrio atuarial do plano de benefício definido saldado. Indica-se que a patrocinadora está efetuando contribuições extraordinárias mensais ao Postalis, não contratadas, com objetivo de reverter o desequilíbrio atual do referido plano.

Em 2012, o parágrafo “Ênfase” ressalta que os demonstrativos contábeis foram preparados com expectativa da continuidade normal das atividades do Postalis.

Já em 2013, foi dada ênfase à utilização de taxa de juros de 5,75% a.a. como parte de suas premissas atuariais para determinação das provisões matemáticas do plano de Benefício Definido Saldado. Também foi mencionado que a patrocinadora continua efetuando contribuições extraordinárias mensais ao Postalis no sentido de reverter o desequilíbrio atuarial.

No ano de 2014, o relatório de auditoria menciona as dúvidas existentes quanto à continuidade operacional do Plano de Benefício Definido Saldado. Além disso, menciona-se a taxa real de rentabilidade de 5,5%a.a. como uma das premissas atuariais utilizadas para determinação das provisões matemáticas.

O parecer de 2015 relata o fato da rentabilidade dos investimentos ter ficado significativamente abaixo das metas atuariais estabelecidas. Neste ano, foi dada ênfase às investigações de operações e ex-dirigentes do Postalis em relação à Operação Lava Jato.

Por fim, em 2016, novamente deu-se ênfase à rentabilidade dos investimentos abaixo das metas atuariais determinadas e também a Operação Lava Jato. Também é dada atenção ao equacionamento do déficit do Plano BD Saldado relativo ao exercício de 2015.

#### **4.1.4 Previ**

A Previ apresentou relatórios de auditoria com opinião sem ressalvas de 2011 a 2016. Além disso, em nenhum destes anos teve parágrafo de ênfase ou outros assuntos.

## **4.2 Equilíbrio Técnico**

O Equilíbrio Técnico, nos demonstrativos contábeis das EFPC, registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios.

As variações negativas ocorridas no Equilíbrio técnico das EFPC ocorreram, principalmente, devido a realização do resultado dos investimentos abaixo da meta atuarial. Conceituando, meta atuarial é, segundo a Regius – Sociedade Civil de Previdência Privada, é um dos critérios utilizados nas projeções dos planos de benefícios, que objetivam medir a reserva matemática do plano, considerando todos os participantes ativos e assistidos. Assim, a meta atuarial é definida a partir de estudos que estimam a rentabilidade dos investimentos dos planos.

### **4.2.1 Funcef**

A Funcef apresentou decréscimos relevantes no Equilíbrio Técnico nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015. Essa variação se deve, principalmente, pela performance dos investimentos abaixo da meta atuarial.

Em 2011, a Funcef apresentou superávit no equilíbrio técnico de R\$ 106.745.000,00 e em 2012 um déficit de R\$ 1.371.379.000,00. Isso representa uma variação negativa de R\$ 1.478.124.000, ou 1384,72%. De acordo com as notas

explicativas de 2012, o déficit ocorrido no plano REG/REPLAN ocorreu devido à realização do resultado abaixo da meta atuarial. Os outros dois planos, Novo Plano e REB, apresentaram superávit em 2012.

No ano de 2013, a diminuição foi de 127,23% e isso se deve à performance dos investimentos realizada abaixo da meta atuarial de 11,37% (INPC + 5,5%). As rentabilidades foram de 7,01% para o Plano REG/REPLAN e 6,63% para o Novo Plano.

No exercício de 2014, a variação negativa foi de 110%, reduzindo de - R\$ 3.116.252.000,00 para - R\$ 6.554.824.000,00. Essa variação foi motivada, novamente, pela realização dos investimentos abaixo da meta atuarial. No Plano REG/REPLAN Saldado, a rentabilidade foi de 4,16% enquanto a meta atuarial era de 12,07% (INPC + 5,5% a.a.). Além disso, a evolução do contencioso jurídico influenciou o impacto negativo em R\$ 252.253.000,00. Em contrapartida, ocorreu um impacto positivo derivado de alterações de premissas de hipóteses atuariais no valor de R\$ 536.016.000,00. Isso aconteceu por causa do acréscimo da taxa de juros em decorrência da Resolução CNPC nº 15/2014. Também houve uma reversão do fundo para ajuste da taxa de juros, que totalizou R\$ 193.911.000,00.

Ainda no ano de 2014, no REG/REPLAN Não Saldado o déficit também aconteceu devido performance dos investimentos abaixo da meta atuarial de 12,07%. A rentabilidade foi de apenas 3,79%, quedou impactada pelo rendimento negativo na carteira de renda variável. O contencioso jurídico, com um valor de R\$ 76.294.000,00, também afetou negativamente o equilíbrio. E ainda as alterações de premissas e hipóteses atuariais diminuiu esse valor em mais R\$ 59.991.000,00.

No Novo Plano, em 2014, a rentabilidade foi de 6,21%, enquanto a meta atuarial foi seguiu a dos outros planos para esse ano, de 12,07%. Além disso, ocorreu alterações de premissas e hipóteses atuariais, que represaram redução de R\$ 3.686.000,00. No plano REB, aconteceu o mesmo problema da meta atuarial, com uma rentabilidade de 5,23%, que foi impactada pelo rendimento negativo na carteira de renda variável, especialmente pela reavaliação das ações de Litel que compõe o fundo Carteira Ativa II, que investe indiretamente na Vale. A Vale teve desvalorização de 27%, representando um valor de R\$ 26.278.000,00. Ainda ocorreu um contencioso jurídico de R\$ 11.239.000,00, que impactou negativamente.

Em 2015, o decréscimo no equilíbrio técnico foi de -R\$ 6.554.824.000,00 para - R\$ 12.360.616.000,00, significando uma redução de 88,57%. Nada foi relatado nos

relatórios de auditoria. No REG/REPLAN Saldado, a rentabilidade foi de 3,73%, muito inferior à meta atuarial de 17,54% (INPC + 5,63%), por causa dos segmentos de renda variável e investimentos estruturados. Houve também uma evolução patrimonial do contencioso jurídico nos provisionamentos contingenciais de 37,58%, totalizando R\$ 1.495.976.000,00. O REG/REPLAN não saldado também apresentou rentabilidade inferior à meta atuarial, que foi de 17,59% (INPC + 5,67% a.a.). Dessa vez, porém, a rentabilidade foi negativa, em 0,41%. Além disso, ocorreram alterações das hipóteses atuariais relativas ao crescimento real de salários e de benefícios, que aumentaram as reservas matemáticas. Também ocorreu uma evolução patrimonial do contencioso jurídico nos provisionamentos contingenciais.

Ainda em 2015, o Novo Plano apresentou rendimento negativo de 0,01% frente à meta atuarial de 17,54%, igual à ocorrida no plano REG/REPLAN Saldado. Aconteceu também um impacto negativo no resultado uma condenação judicial relacionada a um processo de equiparação de benefícios, que totalizou R\$ 23.974.000,00.

Já no REB, apesar do rendimento positivo, ele foi abaixado da meta. Apresentou 2,03% contra 17,44% da meta atuarial.

De 2015 para 2016, a variação no Equilíbrio Técnico não foi significativa, sendo de apenas -0,95%.

#### **4.2.2 Previ**

A Previ apresentou variações significativas no Equilíbrio Técnico apenas em 2014 e 2015.

Do ano de 2013 para 2014, o Equilíbrio Técnico apresentou valores de R\$ 24.759.424.000,00 e R\$ 12.538.633.000,00, respectivamente. Isso representa uma redução de 49,36% ou R\$ 12.220.791.000,00. Nada foi relatado acerca deste assunto no relatório de auditoria. Segundo as notas explicativas de 2014, o Plano Previ Futuro apresentou equilíbrio técnico igual a zero. Portanto, essa diminuição no ano se deve ao Plano 1. O quadro a seguir apresenta a evolução no Plano 1.

Quadro 3 – Evolução do Equilíbrio Técnico no Plano 1 (Valores expressos em milhares de reais)

<b>Equilíbrio Técnico – 2013</b>	<b>24.759.424</b>
Resultado Líquido Previdencial	(8.180.745)
Resultado das Contingências	(342.069)
Cobertura das Despesas Administrativas	(43.626)
Resultado Líquido dos Investimentos	4.196.584
Atualização Provisão Matemática	(7.852.374)
Fundos Previdenciais	1.439
<b>Equilíbrio Técnico - 2014</b>	<b>12.538.633</b>

Disponível em: <http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2014/>

Em 2015, ao contrário do superávit ocorrido em 2014, o equilíbrio técnico teve um déficit de R\$ 16.137.922.000,00. O decréscimo foi de 228,71%, ou R\$ 28.676.555,00. Para esse resultado, contribuiu o retorno negativo de 2,84% da carteira de investimentos, não suficiente para alcançar a variação de 11,29% das Provisões Matemáticas no exercício, que foi de R\$ 13.789.629.000,00. O índice de cobertura dos compromissos atuariais, que é o Ativo Líquido sobre as Provisões Matemáticas, foi de 0,88.

O montante do equilíbrio técnico ajustado foi maior que o limite do déficit de 8,1% das Provisões Matemáticas. Com isso, deverá ser apresentado até o final do próximo exercício um plano de equacionamento do déficit de R\$ 2.909.716.000,00. Ao fim do exercício de 2015, a duration, prazo médio dos pagamentos de um título, do Plano 1 era de 12,1 anos e o limite do déficit era 8,1% das Provisões Matemáticas.

O Plano Previ Futuro apresentou equilíbrio técnico igual a zero. O quadro a seguir apresenta a evolução deste plano:

Quadro 4 – Evolução do Equilíbrio Técnico do Plano Previ Futuro (Valores expressos em milhares de reais)

<b>Equilíbrio Técnico – 2014</b>	<b>0</b>
Resultado Líquido Previdencial	975.227
Resultado Líquido das Contingências	(50)
Cobertura das Despesas Administrativas	(40.769)
Resultado Líquido dos Investimentos	139.100
Atualização Provisão Matemática	(1.127.576)



Fundos Previdenciais	54.068
<b>Equilíbrio Técnico – 2015</b>	<b>0</b>

Disponível em: <http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2015/>

#### 4.2.3 Postalis

No caso da Postalis, variações significativas foram verificadas nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015. O ano de 2014 foi único que apresentou superávit na conta de Equilíbrio Técnico.

De 2011 para 2012, o saldo negativo do Equilíbrio Técnico saltou de – R\$ 405.108.000,00 para R\$ 0,00. Isso significou um aumento de 100%. Nada foi mencionado nos relatórios de auditoria. Segundo as notas explicativas de 2012, a Postalis apresentou resultados deficitários por dois exercícios consecutivos, e como estabelecido na Resolução CGPC de 26 de setembro de 2008, foi necessário o equacionamento do déficit dos planos BD Saldado e Postalprev, por meio de contribuições extraordinárias que serão recolhidas para o Postalis a partir de 1º de abril de 2013.

De zero no anterior para um déficit de R\$ 929.177.000,00 em 2013 no equilíbrio técnico. Este fato foi apresentado no parágrafo de ênfase do relatório de auditoria de 2013. Isso se deve ao equacionamento do déficit, por causa do resultado deficitário apresentado por dois exercícios consecutivos.

Já em 2014, ocorreu um superávit de R\$ 63.097.000,00. Isso representa uma variação de 106,79% em relação a 2013. Este fato levou ao fim do equacionamento do déficit que havia ocorrido em 2012 e 2013.

De 2014 para 2015, a variação negativa foi de 2493,60%. De um superávit no anterior de R\$ 63.097.000,00 para um déficit de R\$ 1.510.287.000,00. No plano BD Saldado, o resultado foi – R\$ 1.517.260.000,00, composto pelo déficit mantido na posição em 31 de dezembro de 2014 e pelo déficit acumulado em 2015. Já o plano Postalprev apresentou superávit de R\$ 6.973.000,00.

#### 4.2.4 Petros

Na Petros, as reduções significativas no Equilíbrio Técnico ocorreram em 2013, 2014 e 2015.

Em 2012, ela apresentou superávit de R\$ 3.281.873.000,00 e em 2013 um déficit de R\$ 2.278.440.000,00, representando um decréscimo de R\$ 5.560.313.000,00 ou 169,42%.

Quadro 5 – Evolução do Equilíbrio Técnico Petros em 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>3.281.873</b>
Déficit do Exercício 2013	(5.629.392)
Resultados a Realizar do Período	69.079
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(2.278.440)</b>

Disponível em:

<https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/yw51/ywww/~edisp/relanual2013.pdf>

O déficit de 2013, apresentado no quadro acima, ocorreu devido à baixa performance dos investimentos, com uma rentabilidade de -0,19% enquanto a meta atuarial foi de 11,74%.

No ano de 2014, o déficit apurado foi de R\$ 6.215.105.000,00, representando uma variação negativa de R\$ 3.936.665.000,00 ou 172,78% em relação ao ano anterior. Mais uma vez, isso se deve ao fato da rentabilidade dos investimentos ter sido de 5%, abaixo da meta atuarial (IPCA + 5,5% a.a.).

Por fim, em 2015 o déficit apresentado foi de R\$ 23.097.682.000,00, significando uma redução de R\$ 16.882.577.000,00 ou 271,64% em relação à 2014. Como nos dois anos anteriores, o déficit se deve à baixa performance dos investimentos em frente à meta atuarial, que gerou um impacto de aproximadamente R\$ 8 bilhões. Também afetou este resultado a alteração de premissas biométricas ‘Composição Familiar’ e a retirada do limite do teto operacional de 90%.

### 4.3 Investimentos

Em relação aos investimentos, no geral, pouco foi informado sobre os problemas que levaram a deflagração da Operação Greenfield. Na Funcef, isso foi relatado no relatório de auditoria de 2015. Em 2016, já após a Operação, tal fato foi novamente informado. Já na Petros, apenas em 2016 o relatório prestou informações

acerca do Operação. Nas outras duas EFPC, Postalis e Previ, nada foi divulgado em seus relatórios.

#### 4.3.1 Funcef

No ano de 2015, o relatório de auditoria da Funcef, feito e divulgado pela KPMG, informa sobre os problemas nas estimativas de avaliações econômicas-financeiras dos investimentos. A Funcef possui, ao final do exercício de 2015, um valor aproximado de R\$ 9.859.000.000,00 de investimentos em carteira própria e fundos de investimentos exclusivos. Em razão das características e critérios de avaliação destes investimentos, os valores podem ser diferentes daqueles registrados pela entidade.

Em 2016, os investimentos em carteira própria e fundos de investimentos apresenta valor de R\$ 9.473.189.000.000,00, avaliados a valor econômico-financeiro. Assim, considerando o cenário econômico negativo, os valores reais podem ser diferentes do que foi registrado pela Funcef.

#### 4.3.2 Petros

O relatório de auditoria de 2016 da Petros apenas cita a ocorrência das investigações relacionadas à Operação Greenfield. Conforme o relatório, os investimentos realizados no FIP Multiner, FIP Sondas, FIP Florestal (Eldorado), ações da Invepar e FIP Global Equity, assim como o investimento no FIP Enseada, que já teve suas atividades encerradas.

Os quadros a seguir apresentam um resumos dos parágrafos de ênfase dos relatórios de auditoria.

Quadro 6 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2011

	2011
<b>Funcef</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve ênfase</li> </ul>
<b>Petros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente</li> </ul>
<b>Postalis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desequilíbrio do plano de benefício definido saldado</li> </ul>
<b>Previ</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve ênfase</li> </ul>

Quadro 7 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2012

	<b>2012</b>
<b>Funcef</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve ênfase.</li> </ul>
<b>Petros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios.</li> <li>• Recomposição do Equilíbrio Técnico dos contratos PRÉ-70 e Diferença de Pensão.</li> <li>• Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente.</li> </ul>
<b>Postalis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização pelo Instituto, como parte de suas premissas atuariais para determinação das provisões matemáticas do plano de Benefícios Definido Saldado, da taxa de juros de 6% ao ano.</li> </ul>
<b>Previ</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve ênfase.</li> </ul>

Quadro 8 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2013

	<b>2013</b>
<b>Funcef</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração da forma de apresentação das demonstrações contábeis pela substituição da demonstração das obrigações atuariais do plano de benefícios pela demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios.</li> </ul>
<b>Petros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insuficiência de recursos para custeio administrativo dos planos de benefícios.</li> <li>• Ajuste do cálculo do patrimônio disponível dos contratos Pré-70.</li> <li>• Situação patrimonial dos planos de benefícios.</li> <li>• Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente.</li> </ul>
<b>Postalis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização pelo Instituto, como parte de suas premissas atuariais para determinação das provisões matemáticas do plano de Benefícios Definido Saldado, da taxa de juros de 5,75% ao ano.</li> <li>• As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas atividades.</li> </ul>
<b>Previ</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve ênfase.</li> </ul>

Quadro 9 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2014

	<b>2014</b>
<b>Funcef</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicação de atraso no cronograma de contratação dos recursos de longo prazo na companhia Sete Brasil Participações S.A.</li> </ul>

<b>Petros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atraso no cronograma de contratação de recursos – FIP Sondas.</li> <li>• Avaliação dos investimentos na Invepar.</li> <li>• Avaliação dos investimentos na Norte Energia S.A.</li> <li>• Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente.</li> <li>• Situação patrimonial dos planos de benefícios.</li> <li>• Investigação da Petrobras extensiva a Entidade.</li> <li>• Inquérito da Polícia Federal.</li> </ul>
<b>Postalis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas atividades.</li> <li>• Utilização pelo Instituto, como parte de suas premissas atuariais para determinação das provisões matemáticas do plano de Benefícios Definido Saldado, da taxa de juros de 5,5% ao ano.</li> </ul>
<b>Previ</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve ênfase.</li> </ul>

Quadro 10 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2015

	<b>2015</b>
<b>Funcef</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimativas das avaliações econômico-financeiras dos investimentos.</li> <li>• Incerteza quanto ao pressuposto da continuidade operacional de investimento relevante.</li> <li>• Incerteza quanto a investigações envolvendo investimento relevante e suas partes relacionadas.</li> </ul>
<b>Petros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente.</li> <li>• Situação patrimonial dos planos de benefícios.</li> <li>• Investigações na Entidade.</li> <li>• Inquérito da Polícia Federal.</li> <li>• CPI dos Fundos de Pensão.</li> </ul>
<b>Postalis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade de suas atividades.</li> <li>• CPI dos Fundos de pensão.</li> </ul>
<b>Previ</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve ênfase.</li> </ul>

Quadro 11 – Ocorrência do parágrafo de ênfase e o que foi relatado - 2016

	<b>2016</b>
<b>Funcef</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CPI dos Fundos de Pensão.</li> <li>• Estimativas de avaliações econômicas-financeiras dos investimentos.</li> <li>• Investimentos relevantes sob investigação.</li> <li>• Incerteza de continuidade em investimento relevante – Invepar.</li> </ul>

<b>Petros</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Expurgos inflacionários relacionados às OFNDs reconhecidos judicialmente.</li><li>• Investimentos em títulos em discussão judicial.</li><li>• Situação patrimonial dos planos de benefícios.</li><li>• Investigações na Entidade.</li><li>• Inquérito da Polícia Federal.</li><li>• CPI dos Fundos de Pensão.</li><li>• Cisão dos Planos Petros Sistema Petrobras.</li></ul>
<b>Postalis</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Rentabilidade dos investimentos do Plano BD Saldado abaixo da meta atuarial estabelecida.</li><li>• CPI dos Fundos de Pensão.</li></ul>
<b>Previ</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não houve ênfase.</li></ul>

## 5 CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo analisar os relatórios de auditoria antes e após a deflagração da Operação Greenfield, principalmente a opinião emitida e a base para opinião com foco em saber se os beneficiários foram informados sobre os problemas que levaram à Operação.

Foi possível observar que pouco foi informado e divulgado pelos fundos de pensão acerca do que vinha acontecendo em relação aos investimentos. Dos 24 relatórios de auditoria analisados, em apenas 3 são informados sobre problemas ligados aos investimentos, que poderiam ter conexão com a Operação Greenfield. Além disso, os relatórios também pouco informaram sobre as seguidas variações significativas ocorridas nas contas de Equilíbrio Técnico.

Destaca-se o fato das auditorias independentes realizadas na Previ apresentarem, em todos os anos pesquisados, parecer sem ressalva. Isso ocorreu mesmo após a deflagração da Operação em 2016. Também não houve menção a esses fatos em parágrafos de ênfase ou outros assuntos.

Mesmo mencionando a Operação apenas em 2015 e 2016, a Funcef se mostrou a EFPC que mais apresentou informações relacionadas à Operação. Além disso, foi possível verificar que ela foi a mais transparente, pois também divulgou mais informações acerca das variações ocorridas no Equilíbrio Técnico e nos Investimentos.

Como limitação deste trabalho, destaca-se o período curto analisado, de apenas 6 anos. Isso se deve à não divulgação dos relatórios mais antigos por parte de alguns dos fundos de pensão.

Por fim, para futuras pesquisas sugere-se a ampliação do período estudado, permitindo uma análise mais aprofundada sobre os investimentos realizados e resultados ocorridos nas EFPC.

## REFERÊNCIAS

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

**Relatório Anual de 2011.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

[http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2011/download/Previ\\_RA\\_2011.pdf](http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2011/download/Previ_RA_2011.pdf)

Acesso em: 16 de setembro de 2017.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

**Relatório Anual de 2012.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2012/pt/home/index.html> Acesso em:

16 de setembro de 2017.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

**Relatório Anual de 2013.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2013/home.html> Acesso em: 16 de

setembro de 2017.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

**Relatório Anual de 2014.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2014/> Acesso em: 16 de setembro de

2017.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

**Relatório Anual de 2015.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2015/> Acesso em: 16 de setembro de

2017.

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL.

**Relatório Anual de 2016.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<http://www.previ.com.br/quemsomos/relatorio2016/pt/> Acesso em: 16 de setembro de

2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº.**

2009/001232. Aprova a NBC TA 705 - Modificações na Opinião do Auditor



Independente. 04 de dezembro de 2009. Disponível em:

[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1232.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1232.pdf). Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS. **Relatório anual de 2011**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<[https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/Rel\\_Anual\\_2011/index.html?utm\\_source=Site\\_FUNCEF&utm\\_medium=Site&utm\\_campaign=Relatorio\\_Anual\\_2011](https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/Rel_Anual_2011/index.html?utm_source=Site_FUNCEF&utm_medium=Site&utm_campaign=Relatorio_Anual_2011)>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS. **Relatório anual de 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

<[https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/Rel\\_Anual\\_2012/index.html?utm\\_source=Site\\_FUNCEF&utm\\_medium=Site&utm\\_campaign=Relatorio\\_Anual\\_2012](https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/Rel_Anual_2012/index.html?utm_source=Site_FUNCEF&utm_medium=Site&utm_campaign=Relatorio_Anual_2012)>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS. **Relatório anual de 2013**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<[https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/RAI2013/index.html?utm\\_source=Site\\_FUNCEF&utm\\_medium=Site&utm\\_campaign=RelatorioAnual2013](https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/RAI2013/index.html?utm_source=Site_FUNCEF&utm_medium=Site&utm_campaign=RelatorioAnual2013)>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS. **Relatório anual de 2014**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

<<https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/RAI2014/index.html>>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS. **Relatório anual de 2015**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

<<https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/RAI2015/index.html>>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS. **Relatório anual de 2016**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<<https://www.funcef.com.br/COSOC/relatorios/RAI2016/index.html>>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL. **Relatório Anual de 2011**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

[https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/bnvh/bf8y/~edisp/relatorio\\_anual\\_2011.pdf](https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/bnvh/bf8y/~edisp/relatorio_anual_2011.pdf) Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL. **Relatório Anual de 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

[https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/chjp/bmnp/~edisp/relatorio\\_anual\\_2012\\_principal.pdf](https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/chjp/bmnp/~edisp/relatorio_anual_2012_principal.pdf) Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL. **Relatório Anual de 2013**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:

<https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/yw51/ywwy/~edisp/relanual2013.pdf> Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL. **Relatório Anual de 2014**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:

[https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/bnvh/bf8y/~edisp/relatorio\\_anual\\_2014.pdf](https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/bnvh/bf8y/~edisp/relatorio_anual_2014.pdf) Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL. **Relatório Anual de 2015**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

[https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/bnvh/bf8y/~edisp/relatorio\\_anual\\_2015.pdf](https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/bnvh/bf8y/~edisp/relatorio_anual_2015.pdf) Acesso em: 16 de setembro de 2017.

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL. **Relatório Anual de 2016.**

Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

[https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/bnvh/bf8y/~edisp/relatorio\\_anual\\_2016.pdf](https://www.petros.com.br/cs/groups/public/documents/documento/bnvh/bf8y/~edisp/relatorio_anual_2016.pdf) Acesso em: 16 de setembro de 2017.

GRAMLING, Audrey A.; RITTENBERG, Larry E.; JOHNSTONE, Karla M. **Auditoria.** 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.

**Melhores práticas de Governança para Entidades Fechadas de Previdência Complementar.** Brasília, 2013. Disponível em: <

[http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3\\_101112-163932-055.pdf](http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_101112-163932-055.pdf)>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Relatório Anual de 2011.** Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2012/12/relatorio\\_Anual\\_2011\\_completo.pdf](http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2012/12/relatorio_Anual_2011_completo.pdf) Acesso em: 16 de

setembro de 2017.

POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Relatório Anual de 2012.** Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/relatorio\\_2012\\_postalis\\_completo\\_v8.pdf](http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/relatorio_2012_postalis_completo_v8.pdf) Acesso em: 16 de

setembro de 2017.

POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Relatório Anual de 2013.** Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/RAI\\_2013\\_30\\_04\\_14.pdf](http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2014/05/RAI_2013_30_04_14.pdf) Acesso em: 16 de setembro de

2017.

POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Relatório Anual de 2014.** Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2015/08/RAI2014-POSTALIS-COMPLETO-2808.pdf> Acesso em: 16

de setembro de 2017.

POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Relatório Anual de 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: [http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2016/09/RAI2015\\_Postalis\\_full.pdf](http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2016/09/RAI2015_Postalis_full.pdf) Acesso em: 16 de setembro de 2017.

POSTALIS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. **Relatório Anual de 2016**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.postalis.org.br/wp-content/uploads/2017/08/Relatorio-Anual-Postalis-20162.pdf> Acesso em: 16 de setembro de 2017.

SOCIEDADE CIVIL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. **Informativo Previdenciário**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.regius.org.br/ultimas-noticias/59-nova-regra-para-apuracao-da-meta-atuarial-dos-planos-de-beneficios> Acesso em: 02 de outubro de 2017.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

